

SONEGAÇÃO FISCAL

CPI 'corre' para fechar relatórios

Após mais de três anos de investigação, Comissão pretende entregar resultados até o final do mês para votação no plenário da Assembleia

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Rafael Machado

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Renúncia e Sonegação Fiscal trabalham contra o tempo para entregar o relatório final das investigações, que já se estendem há mais de três anos na Assembleia Legislativa. Atendendo à determinação do presidente da Casa, Eduardo Botelho (UB), a CPI já não está mais realizando reuniões e se volta às reuniões para votação dos sub-relatórios.

Devido à complexidade, os trabalhos da comissão foram divididos em quatro eixos. Os estudos sobre combustíveis e mineração já foram apresentados.

Na próxima quarta-feira (4), os membros se reúnem para discutir e votar o sub-relatório que trata da sonegação na área do agronegócio. Com isso, ficará faltando apenas a apresentação e debate sobre as investigações do setor de frigoríficos e o relatório final.

"Até meados de maio temos as discussões encerradas e o parecer final encerrado", garantiu o presidente da Comissão, deputado Wilson Santos (PSD).

Sobre o agronegócio, a comissão fez análise de notificações de autos de infração que indicaram que, no período entre 2018 e 2020, a maior parte da sonegação aconteceu no comércio atacadista, totalizando 82% (R\$ 741,6 milhões). Em seguida vem o transporte, com 9,1% (81,8 milhões).

Em relação ao setor de combustíveis, Wilson comentou que as investigações detectaram que há sonegação de tributos em torno de 18% de todo o movimento de combustíveis em Mato Grosso, o que faz o valor sonegado



Mesmo faltando dois sub-relatórios e o texto final, Wilson garante que CPI conseguirá terminar os trabalhos até fim do mês

superar a casa de R\$ 700 milhões ao ano.

"Quer dizer que o Estado perde algo em torno R\$ 7 bilhões a cada 10 anos só no setor dos combustíveis.

A CPI também confirmou que nas áreas de etanol, gasolina e diesel, o setor que mais sonega é o etanol. Algo em torno de 80% de toda a sonegação na área

de combustíveis vem do setor de etanol", explicou.

Já nos estudos na área de mineração, os membros contataram que há falta de fiscalização sobre os servi-

ços executados em Mato Grosso.

"Essa área é uma área que corre frouxa, corre solta, a fiscalização da Agência Nacional de Mineração é pífia, a fiscalização da Sema [Secretaria de Estado de Meio Ambiente] é quase inexistente e, em relação à fiscalização dos municípios, não existe absolutamente nada", comentou.

PRAZO ENCERRADO - As atividades de três CPIs em andamento na Assembleia foram encerradas no mês passado. O presidente do Legislativo, Eduardo Botelho, determinou a suspensão devido à extrapolação do prazo das investigações.

De acordo com Botelho, as comissões tiveram seus prazos estendidos devido à pandemia do coronavírus que prejudicou o andamento dos trabalhos. No entanto, com o retorno das atividades presenciais e com a proximidade do fim da atual legislatura, os membros terão que fechar as informações e apresentar o documento para debate em plenário.

'GABINETE PARALELO'

MP pede ao TSE que mantenha cassação de Bezerra

Rafael Machado

A Procuradoria Regional Eleitoral requereu o não provimento dos recursos apresentados pelo deputado federal Carlos Bezerra e pelo seu partido, o MDB, no Tribunal

Superior Eleitoral (TSE). Com isso, o órgão defende a manutenção da decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) que, por unanimidade, cassou o mandato do parlamentar por arrecadação e gastos ilícitos de recursos durante as eleições de 2018.

Bezerra e o partido entendem que a decisão precisa ser revista, "haja vista que as falhas contábeis que fundamentaram a rejeição das contas restaram inteiramente superadas pela

documentação comprobatória juntada em instrução processual" e que o caso não apresenta relevância jurídica suficiente "para amparar a gravíssima pena de cassação de mandato legitimamente outorgado pela vontade popular".

No documento, assinado pelo procurador regional eleitoral Erich Raphael Masson, cita que houve, "sem sombra de dúvidas", o emprego de gabinete paralelo em benefício do então candidato, que também é presidente da sigla em Mato Grosso.

"Além do gabinete "oficial" mantido pelo candidato, que constou em sua prestação de contas, o partido adquiriu, em nome próprio, materiais de publicidade, contratou pessoal, alugou e manteve veículos, inclusive adquirindo combustíveis para seu abastecimento", diz trecho da manifestação.

O procurador cita que nos autos não há provas de que o partido tenha informado as doações esti-

máveis em dinheiro em sua prestação de contas. Além disso, ele comenta que é "igualmente certo" que o então candidato omitiu o recebimento de receitas vinda do partido e destinadas à campanha.

"Um órgão partidário pode facilmente desequilibrar a disputa quando atua diretamente nas eleições e o faz em nome próprio, sem prestar as devidas informações à Justiça Eleitoral. Basta observar que o MDB investiu, na campanha eleitoral de 2018, R\$ 2.052.746,09 [...], valor superior ao limite de gastos da maioria das candidaturas".

"Forte nessas razões, a Procuradoria Regional Eleitoral de Mato Grosso confia na integral manutenção do Acórdão TRE/MT nº 29.354 que acertadamente julgou procedente a representação originária e cassou o diploma de deputado outrora conferido a Carlos Gomes Bezerra".

CASSAÇÃO - Em abril, por unanimidade, a Corte seguiu parecer do Ministé-

rio Público Eleitoral (MPE), que apontou a existência de um 'gabinete paralelo' na campanha de Bezerra, para pagar gastos sem declarar na prestação de contas.

O relator do caso, Gilberto Bussiki, apontou que várias despesas foram omitidas da prestação de contas, incluindo gastos com pessoal, material gráfico e combustíveis.

O MPE ressalta que, durante o julgamento das contas, foi determinado o recolhimento de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que foram usados sem comprovação ou foram utilizados de forma indevida. Aponta ainda possível omissão de despesas na ordem de R\$ 56,3 mil, além de abastecimentos realizados em veículos não declarados na prestação.

Além disso, o órgão apontou irregularidades no lançamento de despesas de hospedagem, que eram, em grande maioria, em benefício de pessoas não declaradas na prestação de contas.



Defesa de Bezerra sustenta que falhas contábeis que levaram à cassação já foram superadas

'TRETA PETISTA'

Deputada compara filiação de Tigresa a chacota

Rafael Machado

Um áudio que circulou no final de semana mostra que a deputada federal Rosa Neide (PT) se posiciona contrária à filiação de Ester Caroline Pessato, mais conhecida como Tigresa Vip, ao partido.

Seu ingresso ao partido ganhou repercussão nas redes sociais e, logo após isso, a Comissão Executiva Estadual do PT decidiu, por maioria, removê-la da lista de filiados no dia 20 de abril.

Em nota enviada para o Diretório de Alta Floresta, o presidente

do PT em Mato Grosso, deputado Valdir Barranco, disse que quando consultou o presidente da sigla em Barão de Melgaço, Rogério Alencar, foi informado que ele soube da filiação pela imprensa.

Na mensagem que foi enviada aos membros do diretório estadual da sigla, a deputada cita que encaminhou um vídeo e texto à presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, colocando seu posicionamento sobre a entrada de Ester no partido.

"Quero comunicar a todos que fiz o comunicado. Se é para fazer campanha política sendo chacota para o país, não estou disposta", disse a deputada.

"Já enviei para a presidenta e espero que segunda-feira o deputado Valdir Barranco, nosso presidente, e o restante da Executiva do partido possa fazer a reunião

e discutir a questão antes de seja tarde demais", acrescentou.

Esse episódio causou imbróglio no PT, além de ter dividido sua base, já que parte repudiou a decisão da diretoria de Mato Grosso.

O advogado Paulo Lemes, que faz a defesa de Ester, falou que ela fez sua inscrição no partido pela internet e que o ato não foi impugnado, sendo emitido número de filiação. Em sua avaliação, o ato foi discriminatório e ele estuda a possibilidade de representar contra os dirigentes do PT.

Outro lado - Em nota pública, a assessoria da deputada cita que ela está filiada ao partido há 40 anos e que, durante esse período, nunca desrespeitou qualquer de suas decisões. Ressalta o compromisso ético e democrático da parlamentar com a legenda.



"Se é para fazer campanha política sendo chacota para o país, não estou disposta", disse Rosa Neide

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
Resultado de Licitação Concorrência Nº 002/2022
Obras e Serviços de Engenharia

A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, faz saber que a licitação na modalidade concorrência nº 02/2022 teve como vencedora a empresa Construtora Tripolo Ltda, inscrita no CNPJ Nº 04.879.275/0001-06, conforme ata.

Canarana - MT, 02 de maio de 2022
Karina dos Santos
Presidente da CPL

Pág 04 pdf

Código do documento 5856cf01-9870-4403-aac5-8d4562c28b2d

Anexo: Pág 07.pdf



Assinaturas



GEANDRE FRANK LATORRACA
classificadosestadoamt@gmail.com
Assinou

GEANDRE FRANK LATORRACA

Eventos do documento

02 May 2022, 19:01:51

Documento 5856cf01-9870-4403-aac5-8d4562c28b2d **criado** por GEANDRE FRANK LATORRACA (45bebb43-f248-4d5f-a2b7-254f9305fd3d). Email:fiscal2@jwcont.com.br. - DATE_ATOM: 2022-05-02T19:01:51-03:00

02 May 2022, 19:02:46

Assinaturas **iniciadas** por GEANDRE FRANK LATORRACA (45bebb43-f248-4d5f-a2b7-254f9305fd3d). Email:fiscal2@jwcont.com.br. - DATE_ATOM: 2022-05-02T19:02:46-03:00

02 May 2022, 19:04:32

GEANDRE FRANK LATORRACA **Assinou** - Email: classificadosestadoamt@gmail.com - IP: 201.47.152.34 (201.47.152.34.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 43246) - Documento de identificação informado: 900.895.291-20 - DATE_ATOM: 2022-05-02T19:04:32-03:00

Hash do documento original

(SHA256):14826054aaebd86089c3d91e6504dbc3fd94e594a2683f6416cc897ce1acd7b
(SHA512):4921bf09ffe02d8134c34a1d8c4e573536c53d566b0b714ad7fe736e11e60205750380a54a33de2892c65232b94f48fbee8f8c0e16b6f5326452b24d084fcd5

Hash dos documentos anexos

Nome: Pág 07.pdf
(SHA256):2574c2c8d5db39594b21e48c3ae42b38d964205ad39c5dc23efa81dc36d4624d
(SHA512):cef5b0e69967e66ade343c98c338afc20cd4d947edeb6023ae2553b19b38fb2f1dec24228f1797e5ff744abaa4336a8a67dc6fe2fa64367814e0735825dbe335

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign